

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2015, o IPT completou com vigor seus 116 anos de existência. Sua receita própria aumentou de 113 para 118 milhões de reais, desafiando a crise econômica. A principal fonte do aumento das receitas esteve relacionada com os projetos apoiados por recursos de fomento da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), associados à participação financeira dos parceiros empresariais. Com isso, o IPT caminhou célere na direção da visão de futuro proposta pelo Planejamento Estratégico 2014-2018: as receitas associadas à Inovação foram 31 % da receita própria total do Instituto, partindo de 24 % no ano anterior.

Como exemplos emblemáticos de conquistas relacionadas à Inovação, o IPT realizou a primeira produção de neodímio metálico no Brasil

(etapa crítica para a viabilização da produção dos superímãs usados em turbinas eólicas); iniciou projeto voltado para a garantia da qualidade de estruturas aeronáuticas feitas com fibra de carbono; desenvolveu, para um grupo de empresas da área de cosméticos, tecnologia de nanoencapsulação de ativos químicos; apoiou o Instituto Butantan para o escalonamento do processo de fabricação de vacina contra o câncer; e atendeu a demanda por novos ensaios de controle de qualidade de Equipamentos de Proteção Individual.

O IPT continua atuando no apoio às políticas públicas. Na área de transportes, o IPT esteve presente nas obras do Rodoanel Mario Covas, Trecho Norte; na duplicação da Rodovia dos Tamoios; na recuperação da Ponte Pênsil de São Vicente e na implantação do Centro de Controle

de Informações da Agência Reguladora dos Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP).

Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado de São Paulo, o IPT iniciou projetos que visam contribuir com o enfrentamento, pelas prefeituras, do desafio de otimizar o destino dos resíduos sólidos urbanos e de reduzir despesas com água, energia elétrica e iluminação. Face à crise econômica, que tende a reduzir nossas receitas em 2016, é importante contar com o apoio do Governo do Estado de São Paulo para que o IPT preserve a capacidade de realizar suas duas missões - criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E.	2015	2014	PASSIVO CIRCULANTE	N.E.	2015	2014
CIRCULANTE				Fornecedores		4.983	5.818
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.315	11.134	Salários a pagar e encargos a recolher		5.699	5.710
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	29.541	42.718	Impostos e contribuições a recolher	9	2.999	2.740
Contas a receber	5	8.150	8.910	Adiantamento de clientes	11	3.575	7.537
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		332	1.047	Obrigações a pagar - férias e encargos		11.580	10.745
Impostos antecipados e a recuperar	6	10.408	8.907	Parcelamentos fiscais	9	5.075	4.738
Estoques		328	357	Subvenções governamentais - Agências de Fomento	12	30.110	41.357
Serviços em andamento		-	462	Outras obrigações		190	192
Despesas pagas antecipadamente		28	19	Total do Passivo Circulante		64.211	78.837
Depósitos compulsórios		351	351	NÃO CIRCULANTE			
Outros valores a receber		5	17	Parcelamentos fiscais	13	12.609	15.668
Total do Ativo Circulante		53.458	73.922	Outras exigibilidades		34.067	25.542
NÃO CIRCULANTE				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	10.647	10.600
Realizável a longo prazo		348	185	Total do Passivo não Circulante		57.323	51.810
Imobilizado	7	207.586	211.689	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Intangível	8	1.392	1.089	Capital social		280.163	271.559
Total do Ativo não Circulante		209.326	212.963	Reservas de capital		9.382	9.382
TOTAL DO ATIVO		262.784	286.885	Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		4.605	8.604
				Prejuízos acumulados		(153.164)	(133.571)
				Total do Patrimônio Líquido		141.250	156.238
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		262.784	286.885

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

	2015	2014
Receita de Serviços e Produtos	92.133	97.605
Subvenção Econômica - GESP	61.411	55.917
Subvenção Econômica - Fomento	26.074	15.315
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	179.618	168.837
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(12.695)	(13.420)
Devoluções e abatimentos	(168)	(66)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	166.755	155.351
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(142.386)	(121.746)
LUCRO BRUTO	24.369	33.605
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(31.763)	(30.883)
Honorários Conselho de Administração e Fiscal	(1.115)	(1.092)
Serviços de terceiros	(8.284)	(8.033)
Depreciações e amortizações	(1.768)	(1.752)
Provisões diversas	(1.793)	(2.224)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	417	1.888
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(19.937)	(8.491)
Receitas financeiras	2.860	2.751
Despesas financeiras	(2.516)	(2.464)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(19.593)	(8.204)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(19.593)	(8.204)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Legal Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	237.165	9.382	264	24.493	(115.269)	156.035
Aumento de capital	24.493	-	-	(24.493)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	9.901	-	9.901
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.098)	(10.098)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	261.658	9.382	264	9.901	(125.367)	155.838
Aumento de capital	9.901	-	-	(9.901)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	8.604	-	8.604
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.204)	(8.204)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	271.559	9.382	264	8.604	(133.571)	156.238
Aumento de capital	8.604	-	-	(8.604)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	4.605	-	4.605
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(19.593)	(19.593)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	280.163	9.382	264	4.605	(153.164)	141.250

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em Milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.593)	(8.204)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	16.669	14.975
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	-	-
Valor residual do imobilizado baixado	290	282
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	13.177	1.487
Contas a receber	760	604
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	715	325
Impostos antecipados e a recuperar	(1.501)	(2.457)
Estoques	29	(72)
Serviços em andamento	462	589
Despesas pagas antecipadamente	(9)	6
Depósitos compulsórios	-	-
Outros valores a receber	12	96
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(835)	349
Salários a pagar e encargos a recolher	(11)	558
Impostos e contribuições a recolher	259	44
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	-	-
Adiantamento de clientes	(3.962)	577
Obrigações a pagar - férias e encargos	835	578
Parcelamentos fiscais	337	(1.243)
Subvenções governamentais - agências de fomento	(11.247)	(7.695)
Outras obrigações	(2)	32
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(3.615)	831
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	(163)	263
Aquisição de bens do imobilizado	(4.625)	(10.773)
Doações recebidas em bens	(8.031)	(7.155)
Adição de intangível	(503)	(285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.322)	(17.950)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	(3.059)	(4.197)
Outras exigibilidades	8.525	11.490
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	47	183
Dotação para aumento de capital	4.605	8.604
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	10.118	16.080
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.819)	(1.039)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	11.134	12.173
No final do exercício	4.315	11.134
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.819)	(1.039)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos vem colaborando para o processo de desenvolvimento do País.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, atuando nas seguintes áreas - inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros (CPC 14)

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem a transações realizadas com clientes nacionais e no exterior, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	110	107
Bancos conta movimento	424	33
Aplicações financeiras	3.781	10.994
	4.315	11.134
Aplicações financeiras	2015	2014
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	327	1.543
Fundos de investimento em renda fixa	3.454	9.451
	3.781	10.994

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 9% ao ano.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são de: R\$1.552 em 2015 (R\$1.987 em 2014).

4. CONTAS-CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2015	2014
Contas-correntes vinculadas	-	2
Aplicações financeiras vinculadas	29.541	42.716
	29.541	42.718

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço. Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Contas a receber	8.800	9.294
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(650)	(384)
	8.150	8.910

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2015	2014
A vencer	5.963	4.959
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	793	1.577
De 31 a 60 dias	264	911
De 61 a 90 dias	210	764
De 91 a 180 dias	257	541
Há mais de 180 dias	1.313	541
	2.837	4.335
	8.800	9.294

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R\$ 1.570, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 650 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2015	2014
COFINS a Compensar	542	456
PASEP a Compensar	122	113
Contribuição Social a Compensar	2.209	1.793
Imposto de Renda a Compensar	4.937	3.751
IRRF sobre Aplicações Financeiras	961	1.024
IRRF a Compensar	1.633	1.734
ISS a Recuperar	4	36
	10.408	8.907

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Acréscimos/ Transferências	Compen- sações	Saldo em 31/12/2015
COFINS a Compensar	456	1.789	(1.703)	542
PASEP a Compensar	113	388	(379)	122
Contribuição Social a Compensar	1.793	778	(362)	2.209
Imposto de Renda a Compensar	3.751	3.621	(2.435)	4.937
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.024	(63)	-	961
IRRF a Compensar	1.734	(79)	(22)	1.633
ISS a Recuperar	36	5	(37)	4
	8.907	6.439	(4.938)	10.408

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depre- ciação	2015	2014
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283
Edifícios e Benfeitorias Máq. e Equipamentos	4%	92.715	(33.145)	59.570	62.199
Instalações	10%	17.207	(9.262)	7.945	8.193
Equipamentos de T.I.	20%	9.315	(7.093)	2.222	2.226
Instrumentos Diversos	10%	546	(495)	51	56
Veículos	20%	3.214	(2.061)	1.153	1.288
Móveis e Utensílios	10%	7.442	(2.769)	4.673	4.794
Outras imobilizações		21.799	(2.241)	19.558	18.351
Imobilizado em Andamento		4.368	-	4.368	11.113
Total		331.899	(124.307)	207.592	211.689
Redução ao Valor Recuperável		(6)	-	(6)	-
Total do Imobilizado		331.893	(124.307)	207.586	211.689

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2014	Transfe- rências		31/12/2015
		Adições	Baixas	
Terrenos	37.283	-	-	37.283
Edifícios	92.776	-	(61)	92.715
Máquinas equipamentos	123.743	2.801	(91)	118.453
Instalações	16.352	-	855	17.207
Equipamentos de T.I.	8.501	564	(137)	8.928
Instrumentos diversos	544	2	-	546
Veículos	3.017	68	(86)	3.214
Móveis e utensílios	6.920	216	(15)	7.442
Outras imobilizações	19.782	-	2.017	21.799
Imobilizações em andamento	11.113	10.299	(1.320)	19.792
Transferências para Intangível	-	-	433	-
Total	320.031	13.950	(1.649)	331.893

O valor de Imobilizações em Andamento do exercício de 2015 refere-se a máquinas e equipamentos em processo de importação e fazem parte do programa de revitalização do IPT, que em 2015 contou com um aporte financeiro de R\$ 4.605 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

8. INTANGÍVEL

	2015	2014
Marcas e Patentes	10%	537
Licença de uso de softwares	20%	2.689
	3.226	(1.834)
Total do Intangível	1.392	1.089

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2015	2014
ISS	475	436
PASEP e COFINS	536	385
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.749	1.698
COFINS - Retenção	121	114
PASEP - Retenção	26	24
Outros	92	83
Total de Impostos e Contribuições a recolher	2.999	2.740
Parcelamentos Fiscais - Municipal	5.075	4.738
	8.074	7.478

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2015	2014
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(19.593)	(8.204)

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis

devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R\$ 112.796 e base negativa de R\$ 89.572, respectivamente R\$ 87.131 e R\$ 66.364 em 2014. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2015	2014
Petrobrás	-	5.495
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	888	1.185
Plantarium Com Prod Alim Cosm Farm Manif	2	2
Fundação de Apoio ao IPT - FIPT	1.796	-
Agência Nacional de Petróleo	359	-
Outros	530	855
	3.575	7.537

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2015	2014
BNDIS	5.284	11.588
FEHIDRO	496	392
FINEP	7.228	6.857
CNPQ	126	126
EMBRAPII	7.708	16.009
Outros	9.268	6.385
	30.110	41.357

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2014	13.385	2.283	15.668
Saldo em 31/12/2015	11.105	1.504	12.609

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2015	2014
Tributários	4.124	4.124
Trabalhistas (a)	5.616	5.570
Cíveis (a)	907	906
	10.647	10.600

(a) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras

tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016
MACIEL AUDITORES S/S EPP
 2CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
 1CRC/RS 71.505/O-3 - "S" - SP
 Responsável Técnico
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
 1CRC/RS 65.932/O-7 - "S" - SP
 Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Parecer dos Auditores Independentes Maciel Auditores S/S de 22 de fevereiro de 2016, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria

aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

Hilton Facchini
 Conselheiro

Leonardo Maurício Colombini Lima
 Conselheiro

Mariilda Anunciação Ferreira
 Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES

Presidente

Membros

CLÁUDIO VALVERDE SANTOS

JORGE ABISSAMRA

RICARDO CONRADO MESQUITA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

JOSÉ ROBERTO DE SAMPAIO CAMPOS

ROS MARI ZENHA

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

MAURICIO PINTO PEREIRA JUVENAL

WALTER TORRE JUNIOR

DIRETORIA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA

Diretor Financeiro e Administrativo

ZEHBOUR PANOSSIAN

Diretora de Inovação

CARLOS DAHER PADOVEZI

Diretor de Operações e Negócios

TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JUNIOR

Diretor de Pessoas e Sistemas

FRANCISCO SOUTO OUTEDA

Contador

CRC 1SP154222/O-1



INSTITUTO DE
 PESQUISAS
 TECNOLÓGICAS

